

PROVA DE CONHECIMENTOS

1- Roberta, mãe de Lucas, que possui um ano de idade, encontra-se presa, condenada por crime de roubo praticado em concurso com dois menores. Nessa situação, segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90:

- a) A condenação de Roberta, advinda de sentença penal com trânsito em julgado, à pena de quatro anos de reclusão, enseja, obrigatoriamente, a suspensão do poder familiar da condenada sobre Lucas.
- b) Caso Lucas esteja em fase de amamentação, a prisão de sua genitora é ilegal.
- c) Roberta só poderá ver seu filho após o cumprimento da pena.
- d) Lucas tem direito a ser amamentado por Roberta, impondo a lei que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçários onde as condenadas possam amamentar seus filhos.
- e) Se Roberta for condenada ao cumprimento de pena, em regime semiaberto, terá o direito de cumprir a pena em sua residência até o término da amamentação.

2- João, nascido em Farias Brito, contrai casamento com Maria, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, João deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que:

- a) é admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- b) está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.
- c) foi extinta após a edição da Constituição Federal de 1988.
- d) é constitucionalmente prevista somente para homens inadimplentes de alimentos.
- e) está preservada somente para militares em tempo de guerra.

3- Considerando o que estabelece Constituição Federal, analise os itens seguintes e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

I. A união de pessoas do mesmo sexo não pode ser reconhecida como entidade familiar apta a merecer proteção estatal.

II. A idade mínima para admissão ao trabalho é de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, quando é permitida a admissão a partir de dezesseis anos, desde que não se trate de trabalho insalubre ou noturno.

III. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Está(ão) correto(s):

- a) Apenas I

- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) I e II
- e) II e III

4- Cabe ao conselheiro tutelar aplicar:

- a) Medidas de internação.
- b) Medidas de proteção.
- c) Medida socioeducativa em meio aberto.
- d) Medidas de acolhimento em família substituta.
- e) Medida judicial.

5- Segundo as disposições da Lei 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel); no atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- I - Encaminhar a vítima ao Sistema Único de Saúde e ao Instituto Médico-Legal imediatamente;
- II - Encaminhar a vítima, os familiares e as testemunhas, caso sejam crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários, inclusive para a adoção das medidas protetivas adequadas;
- III – Isolar a vítima do contato com as autoridades policiais, visando preservar a integridades física e psicológica do mesmo
- IV - Fornecer transporte para a vítima e, quando necessário, para seu responsável ou acompanhante, para serviço de acolhimento existente ou local seguro, quando houver risco à vida.

Está (ao) correto (s):

- a) Apenas I;
- b) Apenas II;
- c) Apenas III;
- d) I, II e IV;
- e) II, III e IV.

6- Ainda com as disposições da Lei 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel); recebido o expediente com o pedido em favor de criança e de adolescente em situação de violência doméstica e familiar, caberá ao juiz, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas:

- a) Conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- b) Recolher a vítima, imediatamente, à família substituta;
- c) Decretar a prisão do responsável pela criança ou adolescente;
- d) Comunicar à Secretaria de Assistência social, para adoção das medidas cabíveis;
- e) Remeter os autos do Tribunal de Justiça do Estado.

7-Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional:

- a) a conduta descrita como crime, em que a pena não seja superior a 05 anos.

- b) a conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 02 anos.
- c) a conduta descrita como contravenção penal, em que a pena não seja superior a 01 ano.
- d) A conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- e) A conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 03 anos.

08- Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o direito à vida e à saúde, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- b) É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
- c) A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- d) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- e) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de vinte e um anos.

09- Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre Família Substituta, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) Na colocação em família substituta sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido pela autoridade judiciária e a sua opinião devidamente considerada. E na apreciação do pedido, segundo a lei, não será necessário que se leve em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade existente entre os envolvidos.
- c) Tratando-se de maior de 12 anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- d) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- e) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

10- Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente é proibida a venda de:

- a) Armas, munições e explosivos à criança, mas não ao adolescente.
- b) Bebidas alcoólicas à criança, mas não ao adolescente com idade superior a 14 anos de idade.

- c) Fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- d) Revistas e publicações com conteúdo cultural e educacional.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

11- Segundo a Constituição Federal de 1988, são direitos sociais:

- a) Educação, Saúde e Alimentação;
- b) Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte e lazer.
- c) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, prestados de forma integral à pessoa com deficiência.
- e) Nenhuma das alternativas.

12- Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas abaixo:

Antes de ser colocado em família substituta, sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe profissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. Tratando-se de maior de _____, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

- a) Sete anos.
- b) Nove anos.
- c) Onze anos.
- d) Doze anos.
- e) quatorze anos.

13- Sobre o Conselho Tutelar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Foi instituído com vistas à desjudicializar e agilizar o atendimento de crianças, adolescentes e famílias em risco social;
- b) Possui plena autonomia funcional, não estando subordinado ao Prefeito, ao Ministério Público e/ou ao Juiz da Infância e da Juventude;
- c) Pode promover diretamente a execução de suas decisões sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, tendo a prerrogativa de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- d) Sempre que entender necessário, pode promover o afastamento de criança ou adolescente de sua família de origem e seu subsequente acolhimento institucional;
- e) Tem o poder-dever de assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária, de modo a assegurar que esta contemple, em caráter prioritário, recursos para planos e programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

14- De acordo com o Artigo 241 do Estatuto de Criança e do Adolescente, a pena para quem vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é:

- a) Multa de dez salários mínimos.
- b) Detenção por no mínimo quinze anos.
- c) Reclusão de quatro a oito anos e multa.
- d) Advertência por escrito e multa.
- e) Reclusão de um ano e realização de trabalho voluntário.

15- Marque a alternativa que conceitua a “família natural” da criança e do adolescente:

- a) É aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- b) É a família formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Ou seja, a família natural de uma criança ou adolescente é aquela formada pelos seus pais (ou pai ou a mãe sozinhos) e seus irmãos (ou outro descendente de seus pais, se houver).
- c) É aquela na qual a criança ou adolescente estão inseridos mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica, nos termos do ECA.
- d) Seria aquela família em que a criança ou adolescente mantém vínculos de amizade.
- e) É aquela em que a criança ou adolescente constrói quando é colocado em uma instituição de acolhimento.

16- Assinale a alternativa que traduz corretamente o significado da doutrina da proteção integral:

- a) Essa doutrina foi adotada antes do atual Estatuto da Criança e do Adolescente e tinha como alvo os menores em situação irregular. Neste contexto, crianças e adolescentes eram vistos como simples objetos de intervenção no mundo adulto.
- b) Tal corrente de pensamento defende a proteção das mulheres, idosos e deficientes enquanto indivíduos hipossuficientes no meio social.
- c) Significa que crianças e adolescentes devem ser tratados com absoluta prioridade apenas pelo Estado.
- d) É a doutrina vigente atualmente no Brasil e parte da concepção de que as normas que tratam de crianças e adolescentes, além de concebê-los como cidadãos plenos, devem reconhecer que estão sujeitos à proteção prioritária, visto que estão em desenvolvimento biológico, social, físico, psicológico e moral.
- e) Defende que crianças e adolescentes não gozam de todos os direitos fundamentais previsto na Constituição Federal.

17- As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 8.069/90 forem ameaçados ou violados, exceto:

- a) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- b) Em razão de sua conduta.
- c) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- d) Em razão de sua condição de saúde mental.
- e) nenhuma das alternativas.

18- Um casal possui dois filhos, um biológico e outro adotivo. Após a morte dos pais e seguindo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, podemos afirmar que:

- a) A herança deve ser dividida igualmente entre os dois filhos.
- b) A partilha da herança é feita apenas por testamento público.
- c) O filho biológico têm preferência na partilha.
- d) O filho adotivo têm preferência na partilha.
- e) O filho adotivo não tem direito à herança.

19- Quando necessária, a internação de adolescente, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias

20- Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional:

- a) a conduta descrita como crime, em que a pena não seja superior a 05 anos.
- b) a conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 02 anos.
- c) a conduta descrita como contravenção penal, em que a pena não seja superior a 01 ano.
- d) A conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- e) A conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 03 anos.

Boa Prova!